
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF 13.985.420/0001-16

NIRE 35.300.395.867

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia
Rua Emiliano Pernetta, nº 756, 4º andar, Centro - Curitiba – PR
CEP 80420-080

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2014

SUMÁRIO

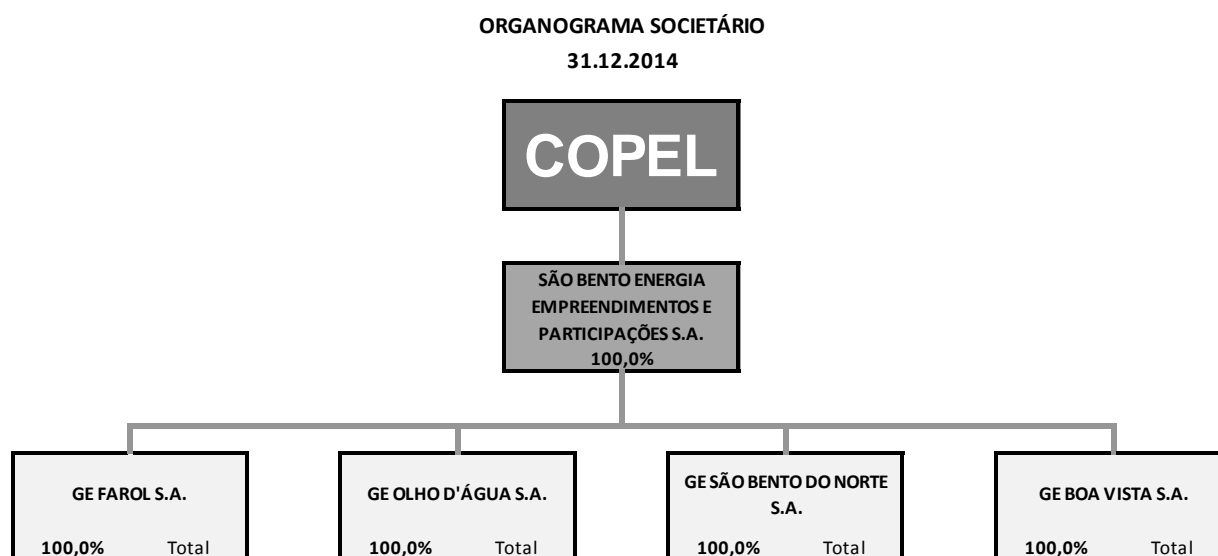
MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10
1. Contexto operacional	10
2. Base de preparação	11
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	11
4. Uso de estimativas e julgamentos	11
5. Base de mensuração	12
6. Mudanças nas políticas contábeis	12
7. Principais políticas contábeis	13
8. Caixa e equivalentes de caixa	17
9. Contas a receber e outros recebíveis	18
10. Investimentos	18
11. Fornecedores e outras contas pagar	19
12. Empréstimos	19
13. Instrumentos financeiros	19
14. Partes relacionadas	22
15. Provisão para contingências	23
16. Patrimônio líquido	24
17. Despesas por natureza	25
18. Receitas financeiras e despesas financeiras	25
19. Cobertura de seguros	25
20. Aspectos ambientais	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	28

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A administração da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. - SBE, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, na condição de empresa Holding, que controla quatro Sociedades de Propósito Específico - SPEs, GE Farol S.A., GE Olho d'Água S.A., GE Boa Vista S.A. e GE São Bento do Norte S.A. — que em conjunto formam um complexo de parques eólicos denominados São Bento — em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A COMPANHIA



Aquisição de Parques Eólicos e operação comercial

Em outubro de 2014, a Copel adquiriu 100% do empreendimento, sendo que, no dia 26 de fevereiro de 2015 teve início a operação comercial do Complexo Eólico São Bento.

Localizado no Rio Grande do Norte, o complexo é formado por quatro parques que possuem uma capacidade instalada de 94,0 MW e garantia física de 46,3 MW médios.

A energia produzida foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2010, ao preço médio de R\$ 134,52/MWh, conforme tabela a seguir:

Complexo Eólico	Leilão ¹	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWméd)	Preço ²	Localização do Parque	Vencimento da Autorização
São Bento		94,0	46,3	134,52		
Boa Vista		14,0	6,3	137,99		abr/46
Olho d'Água	2º LFA	30,0	15,3	133,97	São Bento do	mai/46
São Bento do Norte	(26/08/2010)	30,0	14,6	133,97	Norte	mai/46
Farol		20,0	10,1	133,97		abr/46

¹ LFA - Leilão de Fontes Alternativas.

² Preço histórico. Valor será atualizado pelo IPCA.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

	31.12.2014	31.12.2013
Ativo Circulante	16.087	1.999
Passivo Circulante	11.341	395
Passivo Não Circulante	-	78.038
Receita Operacional Líquida	3	-
Custos e Despesas Operacionais	(35)	-
Resultado financeiro	741	78
Patrimônio Líquido	129.021	46.940
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	14.276	(5.909)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 09 de abril de 2015

Dilcemar de Paiva Mendes

Diretor Presidente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanças Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.450	1.566
Dividendos a receber	6	3.012	-
Outros créditos		8	2
Imposto de renda e contribuição social		107	41
Partes relacionadas	6	510	390
		16.087	1.999
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas	6	178	-
		178	-
Investimentos	7	124.097	113.141
		124.275	113.141
TOTAL DO ATIVO		140.362	115.140

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		77	269
Partes relacionadas	6	11.248	-
Fornecedores		4	-
Obrigações fiscais		12	32
Outras contas a pagar		-	94
		11.341	395
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	-	78.038
		-	78.038
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	124.978	46.940
Reserva legal		202	-
Reserva de retenção de lucros		3.841	-
Prejuízos acumulados		-	(10.233)
		129.021	36.707
TOTAL DO PASSIVO		140.362	115.140

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		3	-
Custos Operacionais	9	(35)	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		(32)	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(343)	(320)
Resultado da equivalência patrimonial	7.1	13.968	(5.667)
		13.625	(5.987)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		13.593	(5.987)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	10	783	90
Despesas financeiras	10	(42)	(12)
		741	78
LUCRO OPERACIONAL		14.334	(5.909)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social		(58)	-
		(58)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		14.276	(5.909)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	31.12.2014	31.12.2013
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	14.276	(5.909)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	14.276	(5.909)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros			Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2013	46.940	-	-	(4.324)	42.616
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.909)	(5.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	46.940	-	-	(10.233)	36.707
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.276	14.276
Aporte de capital	78.038	-	-	-	78.038
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	202	-	(202)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.841	(3.841)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	124.978	202	3.841	-	129.021

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.276	(5.909)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais		
Equivalência patrimonial	(13.968)	5.667
Imposto de renda e contribuição social provisionados	58	-
Redução (aumento) dos ativos		
Outros créditos	(6)	(392)
Partes relacionadas	(298)	-
Imposto de renda e contribuição social	(124)	(13)
Aumento (redução) dos passivos		
Obrigações sociais e trabalhistas	(192)	269
Fornecedores e outras contas a pagar	(90)	94
Outras obrigações fiscais	(20)	31
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(364)	(253)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	(60.893)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	11.248	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	11.248	(60.893)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(78.038)	62.638
Aumento de capital	78.038	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	62.638
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.884	1.492
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.566	74
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	12.450	1.566
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.884	1.492

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2014	31.12.2013
Receitas		
Venda de energia e outros serviços	3	-
	3	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Material, insumos e serviços de terceiros	599	190
Outros insumos	(1.255)	58
	(656)	248
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	659	(248)
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	783	90
Resultado de participações societárias	13.968	(5.667)
	14.751	(5.577)
	15.410	(5.825)

(continua)

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2014	%	31.12.2013	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	767		72	
Planos previdenciário e assistencial	7		-	
Auxílio alimentação e educação	15		-	
Encargos sociais - FGTS	79		-	
	868	5,6	72	(1,2)
Governo				
Federal	222		-	
	222	1,4	-	-
Terceiros				
Juros e multas	42		12	
Arrendamentos e aluguéis	2		-	
	44	0,3	12	(0,2)
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos na empresa	14.276		(5.909)	
	14.276	92,7	(5.909)	101,4
	15.410	100,0	(5.825)	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 25 de maio de 2011, atualmente localizada na Rua Emiliano Pernetta, 756 - 4º andar, Centro, Curitiba - PR e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades.

Em 16 de outubro de 2014, foram adquiridas pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) 100% das ações da Companhia, pertencentes à Galvão Participações S.A. Desta forma, a Companhia passou a ser uma das holdings da Companhia Paranaense de Energia - COPEL no segmento de energia proveniente de fontes renováveis. Os resultados apurados até a transferência das ações da Companhia foram consolidados na Galvão Participações e o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 e os resultados apurados após a transferência foram consolidados na Companhia Paranaense de Energia (Copel). Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas:

- a. GE Olho D' Água S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte ("Parques Eólicos") e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 30 MW /h e 15 aerogeradores por um prazo de 20 anos a partir de setembro de 2013.
- b. GE Boa Vista S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte ("Parques Eólicos") e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 14 MW/h e 7 aerogeradores por um prazo de 20 anos a partir de setembro de 2013.
- c. GE Farol S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte ("Parques Eólicos") e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 20 MW/h e 10 aerogeradores por um prazo de 20 anos a partir de setembro 2013.
- d. GE São Bento do Norte S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte ("Parques Eólicos") e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 30 MW/h e 15 aerogeradores por um prazo de 20 anos a partir de setembro de 2013.

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de

Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativa de Geração, realizado em agosto de 2010.

A Companhia Paranaense de Energia – COPEL desobrigou a Companhia a apresentar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2014 em conformidade com o CPC 36 (R3) Demonstrações consolidadas.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 09 de abril de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7 e 6, respectivamente.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 15 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 13 - instrumentos financeiros

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6. Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- (a) ICPC 19/ IFRIC 21 – Tributos;
- (b) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- (c) OCPC 7 – Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas demonstrações financeiras.

7. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Receita operacional

A receita das operações é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e de que os custos associados possam ser mensurados de maneira confiável.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- tarifas bancárias; e
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços

relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d) Imposto de renda e contribuição social

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (para o excedente de R\$ 240) e a contribuição social à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes, calculadas sobre o lucro presumido tributável às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

e) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração**Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social**Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;

- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(b) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(c) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são

apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.

(d) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	8	5
Aplicações financeiras	12.442	1.561
Total	<u>12.450</u>	<u>1.566</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

As aplicações financeiras correspondem a quotas de fundo de investimento prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com remuneração média de 95% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota explicativa nº 13.

9. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2014	2013
Partes relacionadas	14	688	390
Outras contas a receber		8	2
Total		696	392
Ativo circulante		518	392
Ativo não circulante		178	-

10. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 13.968 em 2014 (perda de R\$ 5.667 em 2013) de equivalência patrimonial de suas controladas.

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

a. Composição dos investimentos

	2014	2013
GE Boa Vista S.A.	16.361	16.463
GE Farol S.A.	37.646	27.048
GE São Bento do Norte S.A	36.044	35.103
GE Olho D'Água S.A.	34.046	34.527
Total	124.097	113.141

b. Dados sobre as participações

31 de dezembro de 2014	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
GE Boa Vista S.A.	100,00%	5.470	60.000	65.470	8.539	40.570	49.109	16.361	8.017	(8.119)	(102)	(102)
GE Farol S.A.	100,00%	18.948	90.653	109.601	17.188	54.767	71.955	37.646	25.175	(11.565)	13.610	13.610
GE São Bento do Norte S.A.	100,00%	16.451	129.515	145.966	18.359	91.563	109.922	36.044	19.412	(18.471)	941	941
GE Olho D'Água S.A.	100,00%	13.075	136.520	149.595	18.179	97.370	115.549	34.046	20.566	(21.047)	(481)	(481)
Total		53.944	416.688	470.632	62.265	284.270	346.535	124.097	73.170	(59.202)	13.968	13.968

31 de dezembro de 2013	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
GE Boa Vista S.A.	100,00%	5.943	58.659	64.602	8.600	39.539	48.139	16.463	2.699	(3.700)	(1.001)	(1.001)
GE Farol S.A.	100,00%	9.614	86.413	96.027	15.407	53.572	68.979	27.048	5.687	(5.394)	293	293
GE São Bento do Norte S.A.	100,00%	19.711	126.158	145.869	20.693	90.073	110.766	35.103	6.141	(8.233)	(2.092)	(2.092)
GE Olho D'Água S.A.	100,00%	15.310	133.641	148.951	18.644	95.780	114.424	34.527	6.536	(9.403)	(2.867)	(2.867)
Total		50.578	404.871	455.449	63.344	278.964	342.308	113.141	21.063	(26.730)	(5.667)	(5.667)

11. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2014	2013
Partes relacionadas	14	11.248	-
Fornecedores		4	-
Outras contas a pagar		-	94
Total		11.252	94

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2014 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 13.

12. Empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 13.

Linha de crédito	Nota	2014	2013
Partes relacionadas - adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	78.038

13. Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2014								
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	12.442	-	-	12.442	-	12.442	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	8	-	8	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	696	-	696	-	-	-	-
Total	12.442	704	-	13.146	-	12.442	-	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	11.252	11.252	-	-	-	-

31 de dezembro 2013	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	1.561	-	-	1.561	-	1.561	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	5	-	5	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	696	-	696	-	-	-	-
Total	1.561	701	-	2.262	-	1.561	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos	-	-	78.038	78.038	-	78.038	-	78.038
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	94	94	-	-	-	-

(b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2014.

(c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	8	12.450	1.566
Contas a receber e outros recebíveis	9	696	392
Total		13.146	1.958

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela diretoria executiva, respeitando limites de créditos definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	11	11.252	94
Empréstimos	12	-	78.038
Total		<u>11.252</u>	<u>78.132</u>
Passivo circulante		11.252	94
Passivo não circulante		-	78.038

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total do passivo	11.341	78.433
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.450)</u>	<u>(1.566)</u>
Dívida líquida (A)	(1.109)	76.867
Total do patrimônio líquido (B)	<u>129.021</u>	<u>36.707</u>
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	(0,01)	2,09

14. Partes relacionadas

(a) Controladora

A parte controladora da Companhia é a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, onde essas demonstrações financeiras serão consolidadas.

(b) Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros) o montante de R\$ 95 (R\$ 72 em 2013), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b)

benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

(c) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado nos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2014 (nota 9)	2013 (nota 9)	2014 (nota 11)	2013 (nota 11)	2014	2013
Em contas a receber e outros recebíveis						
GE São Bento do Norte S.A.	(a) 23	80	1.797	-	619	441
GE Olho D'Água S.A.	(a) 243	101	2.358	-	635	413
GE Boa Vista S.A.	(a) 294	42	1.156	-	326	185
GE Farol S.A.	(a) 128	167	5.937	-	412	315
Total	688	390	11.248	-	1.992	1.354
Em dividendos a receber						
GE Farol S.A.	(b) 3.012	-	-	-	-	-
Não circulante						
Em empréstimos e financiamentos						
Galvão Participações S.A.	(c) -	-	-	39.097	-	-
Companhia Paranaense de Energia - Copel	(c) -	-	-	38.941	-	-
Total	-	-	-	78.038	-	-

- (a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (b) Refere-se a dividendos a receber.
- (c) Valor referente a compromisso contratual de remessa de recursos para uma futura integralização de capital, que em 2014 foi classificado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no patrimônio líquido em nome da controladora, Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

15. Provisão para contingências

A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, considera os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial

acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia não possui registros de demandas judiciais ou extrajudiciais em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Não há em 31 de dezembro de 2014 e 2013 contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 está representado por 46.939.523 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal (idêntico em 2013), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2014	2013
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	100,0%	-
Galvão Participações S.A.	-	100,0%
Total	100,0%	100,0%

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. O detentor de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (d).

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Dividendos

Conforme estatuto, a acionista tem direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 16 de outubro de 2014, a Companhia Paranaense de Energia por meio de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, definiu que o montante de R\$ 78.038, será integralizado como Capital Social na Assembleia Geral a ser realizada no mês de abril de 2015.

17. Despesas por natureza

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas administrativas		
Serviços contratados	(114)	(190)
Despesas com pessoal	(215)	(72)
Depreciação e amortização	-	-
Outras despesas	(45)	(58)
Total das despesas administrativas	<u>(375)</u>	<u>(320)</u>

18. Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	783	-
Outras receitas financeiras	-	90
Total	<u>783</u>	<u>90</u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros incorridos	(42)	(12)
Total		

Resultado financeiro líquido	<u>741</u>	<u>78</u>
-------------------------------------	------------	-----------

19. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Seguro Fiança	<u>-</u>	<u>492.724</u>

20. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas da

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

São Bento do Norte – Rio Grande do Norte

Examinamos as demonstrações financeiras da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que foram determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 09 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Os membros do Conselho Fiscal da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. - SBE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 09 de abril de 2015

Marco Aurelio Maestrelli Da Silva
Presidente do Conselho

Artur Felipe Fischer Pessuti
Conselheiro

Breno Pascualote Lemos
Conselheiro

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Diretoria

Dilcemar de Paiva Mendes
Diretor Presidente

Claumir Corsi Rodrigues
Diretor Financeiro

Fabio Antonio Dallazem
Diretor de Gestão

Contador

Ademilson Rodrigues dos Santos
CRC/PR nº PR-048673/O-6